

Direção

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Guanabara, 26 de janeiro de 1973

Da: Técnico de Educação da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais
Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

À: Direção do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Sr. Diretor:

Com relação à solicitação do Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, coronel Jarbas Passarinho, contida em nota ontem enviada a mim por V.Sa, de justificativa de pontos de vista, tenho a dizer o seguinte:

1- A ENTREVISTA - Foi procurada no dia 11 deste pela reportagem do Jornal do Brasil, que buscava declarações sobre assunto dos mais momentosos e relevantes da educação: o concurso vestibular para ingresso nas nossas escolas de nível superior.

A entrevista foi negada e a reporter não foi recebida, pelos seguintes motivos:

a) não ter sido solicitada com antecedência, estando eu naquele momento em reunião com técnicos encarregados das tarefas do Projeto que ora coordeno "Análise dos Currículos de 2º grau após a implantação da Lei 5 692/71; subsídios para o planejamento educacional";

b) não ter a reporter deixado as questões a que se propunha para serem respondidas por escrito, como aliás é hábito antigo desta Divisão, a fim de evitarem-se as distorções, tão lamentáveis quanto frequentes, do pensamento do entrevistado.

No dia seguinte, 12, sexta feira, novamente fui procurada pela reporter, que desta vez logrou acesso à minha sala de trabalho, com a engenhosidade própria destes profissionais.

Informada que foi a reporter, jovem presumivelmente inexperiente no metier, de que não nos ocupamos, no momento, do assunto, objeto de sua entrevista, o vestibular, aceitou como resposta a algumas de suas perguntas, trechos assinalados por mim em dois dos trabalhos de minha autoria sobre o problema do acesso à universidade; a reporter levou consigo os referidos trabalhos a seguir enumerados:

- 1- Vestibular na Guanabara - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - Serie VIII Pesquisas e Monografias - Vol. 5 - 1968.
- 2- O Acesso à Universidade - IVª Conferência Nacional de Educação - Documento Básico 1968 - publicado in- IV Reunião Plenária da Conferência Nacional de Educação - Anais - MEC - INEP - 1969- São Paulo.

Durante o tempo restante da entrevista, fizemos comentários sobre a Lei da Reforma dos Ensinos primário e médio e sobre a oportunidade dos estudos e pesquisas ora empreendidos pelo INEP de acompanhamento da implantação gradativa desta Reforma visando a dar subsídios para o planejamento e replanejamento educacionais.

No dia 14, domingo seguinte à visita da jornalista do Jornal de Brasil, sai, em forma de entrevista e não de transcrição de trechos dos trabalhos para este fim cedidos, uma incongruente, contraditória série de afirmações, de redação nebulosa sob o título de "Professora vê anomalia na educação".

2- O TEXTO - Para começarmos as breves notas sobre alguns dos itens da entrevista, provavelmente resultantes de leitura mal assimilada dos estudos já referidos, dos comentários esparsos sobre educação em geral, feitos durante a conversa que mantivemos e opiniões internalizadas da jornalista, deparamos, já no título, com a palavra anomalis.

Existem, como sabe o Sr. Diretor, certas palavras sobre as quais o copy-desk, o linotipista e revisores possuem idéias próprias e conceito firmado e reagem de motu proprio segundo esses conceitos toda vez que lhes surgem à frente tais palavras; assim à sociedade

de vira à sociedade; prospectiva vira perspectiva; prevalectente vira prevalente; ministrar vira administrar e assim por diante.

Acredito piamente que a jornalista possa ter lido, por exemplo, trechos do trabalho Vestibular na Guanabara (op.cit.) em que me refiro ao aspecto estanque dos vários níveis de ensino e a viabilidade de todas as camadas sociais alcançarem os valores preconizados pela cultura e ainda ao perigo de os meios institucionais virem a se tornar divergentes em relação a estes valores; nestes trechos faço alusão à anomia social que R. K. Merton identifica como a divergência entre o comportamento social e os valores da cultura. É possível que aí anomia tenha virado anomalia para a composição do título; nenhum dos dois vocábulos foi pronunciado durante a conversa com a jornalista, de resto.

A colocação das "afirmações" que se seguem ao "título" pode dar margem a comentários tortuosos, ingênuos e insólitos a quantos não conheçam o que tenho dito, escrito e publicado sobre o assunto em livros, conferências, jornais e revistas. Pode até se dar o caso de haver leitores apressados que lêem o que está escrito e entendem o oposto contribuindo à larga para o bártro que a imprensa já providenciara. Compreende-se pois a prudência do Sr. Ministro quando indaga da procedência das declarações em questão.

No segundo parágrafo há a feliz coincidência entre o meu pensamento e a redação da jornalista; de fato, creio, e estou com os verdadeiros estudiosos do assunto, que a Universidade "não deve ser para todos" (1). Creio também que em sã consciência não podemos nos conformar com a fixação de certos níveis que se ressentem de idealizações utópicas.

Svennilson, Edding e Elvin afirmam que "certas formas de expansão rápida do ensino, necessárias ao processo de desenvolvimento, podem até suportar uma relativa diminuição no alto padrão, ideal, compensado por benefícios sociais de ordem geral" (2).

(1) Vestibular na Guanabara- (op.cit.)pg.302 - Na Alemanha para "Friedrich Edding não mais de 3 a 4% de um grupo de idade tem aptidão para estudos superiores" - União Soviética 15%; Suécia 11%; a Unesco propõe em 1962 -(Conferência de Santiago do Chile) meta a ser atingida no particular 1965 -10,3% e 1970 -12%.

(2) "Los objetivos de la educación en los países europeos" in El desarrollo económico y las inversiones en educación OECD - Paris 1961.

No Brasil é o caso de dizer-se que partindo-se de índices de escolarização tão baixos em relação às faixas etárias presumíveis de serem escolarizadas, não podemos adotar com a mesma intensidade a política do *numerus clausus* que a Europa por exemplo, onde a escolarização em nível médio é mais ou menos comum.

Vejamos a respeito alguns índices elucidativos:

- 1- Para J.B. Conant, somente 20% de um grupo total de candidatos a nível superior saídos da escola média, tem em geral QI suficiente para esses estudos superiores (3).
- 2- "No Brasil, Valmir Chagas, em cálculos feitos à base dos índices referidos por Conant, chegou à conclusão de que teríamos matriculado no ensino superior duas vezes e meia mais candidatos do que aqueles que no grupo estariam capazes de estudar nesse nível (meta-de dos concluintes da escola média). Vê-se que os índices de Conant não se aplicam ao Brasil, país em que apenas 12% da faixa etária que deveria estar cursando a escola média estão matriculados nela" (4).
- 3- Em 1970 possuíamos em idade escolar para freqüência ao 2º ciclo do ensino médio:

10.203.422	pessoas nas idades de 15 a 19 anos
962.422	matriculados no 2º grau (matrícula no fim do ano)
9,4%	porcentagem de matrícula na faixa
225.913	concluíram o 2º grau (não calculada a evasão)
- 4- Em 1961 o Brasil ocupava o 15º lugar numa relação de 20 países da América Latina no número de matrículas por 10 mil habitantes; nesta relação, de índice mínimo 3 para o Haiti e máximo 93 para a Argentina, o Brasil figurava com 14 alunos no ensino superior para cada 10 mil habitantes.

De lá para cá tem sido assinalável o crescimento: de 1964 a 1968 incremento de 95,78%

(3) Vestibular na Guanabara (op.cit.) pg. 304

(4) Vestibular na Guanabara (op.cit.) pg. 304

Ano	População milhões	Matrícula em mil hab.
1964	78	1.8
1968	89	3.1
1969	92	3.9

De 1960 a 1970 teria havido segundo informa o Diretor do DAU, Prof. Newton Sucupira, um incremento de cerca de 537% na matrícula neste nível de ensino.

Cabe apenas no caso particular do exame unificado no Grande Rio, prática sem dúvida alguma de evidente sucesso na solução de muitos dos problemas crônicos dos antigos vestibulares, notar o seguinte: não chega a haver propriamente um grande aumento de vagas e sim na maior parte das vezes o somatório das vagas de faculdades localizadas em áreas geográficas não incluídas anteriormente nos exames vestibulares da cidade-estado e mesmo no último exame unificado de 1972; a ampliação relativa de vagas se deveu à inclusão de uma ou duas faculdades novas.

Quanto ao problema do excedente, não tendo de fato havido um substancial aumento do número de vagas, ocorre que o aproveitamento do candidato capaz depende da sua possibilidade maior ou menor de enfrentar a carga financeira que representa a opção pelo ensino pago. O candidato que obtenha um número de pontos que evidencie sua capacidade pode ser no entanto excluído da classificação, por não ter feito determinada opção, e ver a vaga preenchida por outro, embora com um número de pontos bem menor, mas que tenha incluído aquela faculdade na sua ordem de opções. As faculdades públicas representam pouco menos que 1/3 do total de faculdades incluídas no unificado.

O candidato nestas condições, isto é, comprovadamente capaz, não será excedente em relação às normas de aprovação - classificatória - mas será um excedente das vagas oferecidas em número insuficiente em relação às necessidades do desenvolvimento do país.

Os classificados não representam os de maiores médias e sim aqueles que fizeram maior número de opções, muito provavelmente, pelas razões econômicas já expostas.

No caso brasileiro, o problema do acesso ao nível superior tem como medida imediata uma ponderável ampliação de vagas se não para a sua solução, ao menos para algum desafogo ^{desse} estreitíssimo funil de estrangulamento do sistema.

Os rumos que, em minha opinião, poderá tomar a expansão do ensino de nível superior no Brasil e na América Latina estão expressos no trabalho apresentado à Conferência Nacional de Educação à página 10:

"Esta expansão, tão tremenda quanto necessária, se processará partindo de dois padrões vigentes nas Universidades Sulamericanas:

- 1- o elitista que estreita o mecanismo de ingresso para só atingir determinada clientela, e desperdiça ociosamente as potencialidades dos quadros docentes e da organização universitária de que são exemplos Universidades no Brasil, Chile, Colômbia, onde a docência é mais de certo modo um lustre profissional do que uma ocupação com um fim em si mesma;
- 2- o liberal, aberto e ineficaz, de que são expressões as Universidades de Buenos Aires e Uruguai e, em menor grau, a da Venezuela.

Superando tais padrões, condenáveis por motivos diversos, seria preciso alcançar a Universidade aberta e eficaz da qual, em termos, a Universidade Nacional Autônoma do México é uma das que mais procura se aproximar.

O Brasil, como tantos países da América Latina, seguiu de perto o modelo da Universidade francesa e tentou o transplante de sua organização. "A estrutura universitária adotada por importação na América Latina tentava reproduzir os modelos originais da era industrial" (5).

Trata-se aí da chamada modernização reflexa e de defasagem cultural tão comuns aos países em fase de desenvolvimento. "E quando à semelhança do que ocorreu ao tempo de revolução industrial, tentarmos participar da recente revolução tecnológica - a nuclear - criadora de uma nova civilização, teremos que enfrentar imensas dificuldades. Uma vez mais, a persistirem as formas anacrônicas de disfunção entre instituições obsoletas e a nova sociedade, teremos rejeitado os caminhos da emancipação econômica e atualização cultural para nos entregarmos obrigatoriamente e docilmente à modernização reflexa, dissociada de qualquer apoio nas peculiaridades inerentes ao potencial de nossa possível criatividade substituindo esta última pela assimilação de fora para dentro" (6).

(5) O Acesso à Universidade (op.cit.)

(6) O Acesso à Universidade (op.cit.)

Foram essas algumas das considerações feitas no Documento Básico da IV Conferência Nacional de Educação no que se refere a absorção "de influencia estrangeira de maneira errada e no tempo errado" assinalada possivelmente com estranheza, pelo Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, na nota do Estado de São Paulo.

Ocorre que na "entrevista" a reporter tentou resumir no sub-item "Outras deficiências" todo um capítulo de análise sobre a crise mundial da Universidade. O resultado como se viu não recomenda a notícia nem como resumo e menos ainda como redação, obscura e sem sentido.

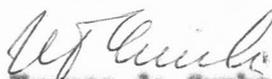
No mais acreditamos que o processamento do vestibular na Guanabara vai progredindo bem nos moldes do CESCEN paulista.

Reconhecendo o grande esforço e os resultados palpáveis que tem caracterizado a atuação de um Ministro da Educação brilhante, como é o caso do Cel. Jarbas Passarinho, temos nesta justificativa o intuito de trazer apenas algumas sugestões à solução de problemas dos mais sérios em nossa educação.

A crítica nos termos em que comumente é entendida fica apenas no âmbito de manchetes sensacionalistas que vendem jornais.

Solicitando a V.Sa. queira fazer a fineza de dar ciência ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura de quanto neste documento se contém, valho-me da oportunidade para reiterar a V.Sa. a expressão de meu elevado apreço.

Atenciosamente,


Nadia Franco da Cunha
Técnico de Educação

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

of. 757/73

Guanabara, 20 de novembro de 1973

De: Técnico de Educação do CBPE-INEP
Aos: Sr. Diretor Geral do INEP
Assunto: Encaminha relação de temas de pesquisa sugeridos pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Diretor Geral

Cumprindo designação de V.Sa. fizemos contato com a Sra. Secretária de Educação e Cultura, Prof. Marília Veloso, no sentido de ser obtida relação de temas de pesquisas necessárias ao sistema educacional do Estado.

A Sra. Secretária promoveu, no dia 9 deste, reunião de sua Assessoria e da Assessoria de Planejamento do Fundo de Educação do Estado. Mantivemos contato com a Sra. Mariana Vila de Moura, Assessor Técnico de Educação da Secretaria de Educação e Cultura, encarregada dos Assuntos de Estudos e Pesquisas e com a Prof. Elina Pessanha, Pesquisadora da Assessoria de Planejamento do Fundo de Educação. Desses contatos resultam as seguintes informações:

1- É desejo da Sra. Secretária de Educação a concentração de todos os Departamentos e Serviços que realizam pesquisa no Estado, em um só órgão, a ser criado em futuro próximo.

2- Não existem no momento pesquisadores independentes, capazes de realizar trabalho sem Supervisão Técnica.

3- A Prof. Elina Pessanha, segundo informação da Sra. Agassora da Secretaria, e da própria pesquisadora, seria o único técnico que poderia Coordenar trabalho de pesquisa.

4- As necessidades expressas pelas Técnicas se referem à supervisão técnica, financiamento, planejamento das pesquisas e promoção de cursos para preparo de pesquisadores.

5- A relação de temas se ressentia, a nosso ver, do desparelhamento técnico mencionado; são temas por demais amplos e de objetivos não muito precisos.

6- A relação foi composta com sugestões do Técnico do INEP, no que tange a restrições de âmbito dos temas e a inclusão dos itens 5 e 6.

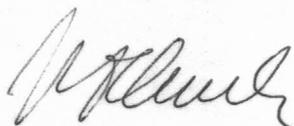
Relação de temas:

- 1- "Análise ocupacional definindo tipos e nível de qualificação exigidos pelo mercado de trabalho" (âmbito 2º grau) - Ante-Projeto executado pela Secretaria de Educação e Cultura - recomendado contato com o Sr. Sergio Guerra.
- 2- "Produtividade do ensino na 1ª série do curso Fundamental" - Foi solicitado o Ante-Projeto e recomendado um contato com a Prof. Lucia Pinheiro.
- 3- "Análise do sistema de avaliação e promoção no curso fundamental" - Foi solicitado Ante-Projeto e recomendado contato com a Prof. Lucia Pinheiro.
- 4- "Custo do aluno-ano" - (só na rede estadual de ensino 1º e 2º graus) - Recomendado contato com os professores Zacarias de Sá Carvelho e Claudio Moura Castro.
- 5- "Análise da implantação da Reforma do ensino de 1º grau" (rede estadual) - Sugestão do Técnico do INEP.
- 6- "Análise da implantação da Reforma do ensino de 2º grau" (redes particular e públicas) - Sugestão do Técnico do INEP.

De todos os temas citados, a exceção do primeiro, foi solicitada a elaboração de Ante-Projeto ou de preenchimento de formulário de Projeto de Pesquisa, remetido por V.Sa. à Secretaria de Educação. Devem ser enviados até o dia 23 deste, para este Técnico que os remeterá ao INEP com a apreciação dos Ante-Projetos.

É o que nos cabe informar a respeito.

Atenciosamente,



Nadia Franco da Cunha
Técnico de Educação
do INEP

Ao: Cel. Ayrton de Carvalho Mattos
M.D. Diretor Geral do INEP

/BF



M. E. C. - I. N. E. P.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Rua Voluntários da Pátria, 107 - Caixa Postal, 1 - 08 - Botafogo

Rio de Janeiro - GB. - Brasil

Rio de Janeiro, 25 de março de 1971

N.º 275/71

Da: Diretora Executiva do CBPE
Ao: Sr. Coordenador da DEPE
Assunto: Pronunciamento sôbre proposta de realização
de atividades editoriais por parte da DEPE/CBPE

Senhor Coordenador,

Acuso o recebimento do expediente em que V.Sa. solicita pronunciamento sôbre propostas anteriormente encaminhadas a esta Direção relativas à realização de atividades editoriais por parte da DEPE/CBPE.

2. Cabe-me, preliminarmente, apresentar a V.Sa. esclarecimentos quanto à demora dêste pronunciamento por escrito:

Como é do conhecimento de V.Sa., correspondendo aos termos do ofício INEP/95, de 5-2-71, êste Centro, como os Centros Regionais, apresentou ao Sr. Diretor do INEP informações relativas aos saldos bancários até 31-12-70, de verbas de tôdas as procedências, significando que, a partir dessa data, ficaram os mesmos saldos bloqueados, impossibilitada a sua manipulação sem nova programação e prévia autorização da Secretaria Geral do MEC.

Por outro lado, segundo informação do Sr. Diretor, e à vista dos termos da Portaria Ministerial nº 93BSB, de 17-2-71, que fixa normas reguladoras da utilização e movimentação de fundos especiais, assim como de rendas de qualquer natureza, considerando a autonomia administrativa e financeira assegurada ao INEP, deve êste Centro aguardar o momento de apresentar nova programação das atividades.

3. O expediente de V.Sa. datado de 26-1-71, tão logo por mim recebido - em 24-2-71, término do meu período de férias - foi levado pessoalmente ao Sr. Diretor do INEP, para, junto a outros documentos, evidenciar a necessidade de informação sobre as possibilidades de realização imediata de trabalhos do CBPE, inclusive - e principalmente - quanto à parte de recursos, a fim de que se pudesse, no mínimo, dar prosseguimento às atividades comprometidas em diversos setores - mesmo na falta de uma programação mais ampla, que envolvesse ação coordenada de todo o INEP e deste Centro com o plano geral de ação do Governo na área da educação.

Infelizmente não tivemos, até o momento, definição sobre tal matéria, mesmo no tocante à liberação de recursos comprometidos quanto a trabalhos já executados, tendo sido o Sr. Diretor do INEP informado desses compromissos. Continuamos, pois, à espera dos elementos que, certamente, se prendem às dificuldades de implantação da estrutura do INEP como órgão autônomo.

Tais ponderações, transmitidas verbalmente a V.Sa. em ocasiões anteriores, pesaram na delonga da resposta, de vez que esperamos, juntamente à nossa apreciação quanto às propostas da DEPE, poder apresentar ao Sr. Coordenador dados concretos quanto à viabilidade de execução dos trabalhos.

4. Independentemente dos aspectos acima abordados, e no que toca ao mérito da iniciativa sugerida por V.Sa., tivemos oportunidade de expressar-lhe nosso apoio à edição dos trabalhos da Prof. Malvina Rosat Mc Neill, com as observações seguintes:

a) "Inovação educacional no Rio Grande do Sul - estudo de alguns fatores envolvidos na mudança do sistema de promoções na escola primária" - edição em "multilith", de 600 exemplares para distribuição interna pelos Centros do INEP. O assunto cresce de importância no momento em que, na expectativa de reforma do ensino de 1º e 2º graus no país e conseqüente reexame dos currículos e programas, a preocupação com o problema de promoção assume a primeira linha, já havendo expressa deliberação da parte de técnicos do INEP quanto a tomar especificamente o tema para realização de estudos aprofundados.

b) "Guidelines to problems of Education in Brazil - a review and selected bibliography". Trata-se, evidentemente, de trabalho de mais alto interesse, cuja elaboração, por através de nosso próprio pessoal, tem sido sucessivamente postergada por motivos de natureza vária.

Dificuldades de seleção da matéria, de clara e adequada abordagem, de propriedade na sistematização e dosagem do material quanto à aspectos históricos e atuais da educação brasileira, e mais as expectativas para o futuro, são alguns dos muitos elementos que têm impedido que chegue a termo um trabalho freqüentemente solicitado por estudiosos do país e do exterior. Estas circunstâncias nos levam a considerar a edição da obra como a que se apresenta como iniciativa inadiável.

Retomo as palavras de V.Sa. quanto à publicação, entre nós, do "Guidelines to problems of Education in Brazil", acatando a sugestão, depois de revisto o texto pelo CBPE, em impressão bilingüe (português e inglês), destinada essencialmente a educadores estrangeiros, visitantes do Brasil.

A revisão, a nosso entender, segundo o que já tivemos oportunidade de expressar pessoalmente a V.Sa., deveria assumir duplo aspecto o do conteúdo, levando-se em conta a presença de pequenas lacunas, a necessária precisão e a atualização das informações; e o da normalização para a referência bibliográfica, importante até porque se trata de trabalho essencial de bibliografia seletiva, possuindo o CBPE seu setor especializado.

A parte I da obra, "The aristocratic tradition", é texto introdutório, a que a bibliografia, extensa, corresponde. Por tratar-se, repetimos, de trabalho cujo enfoque essencial é a referência bibliográfica, consideramos oportuno solicitar - e o fizemos - parecer da Sra. Regina Helena Tavares sobre a matéria, dada sua especialidade.

Anexamos a êste a cópia do referido parecer, manifestando o desejo de retomar o assunto com V.Sa. e com o Sr. Responsável pelo Setor Editorial, a fim de que sejam discutidos os pontos aqui abordados e outros que nos possam conduzir, em última análise, à efetivação das medidas necessárias à edição das obras, o que constitui nosso propósito comum.

Muito atentiosamente,



Elza Rodrigues Martins

Diretora Executiva

Considerações sôbre a "Annotated Bibliography"
In: Mc Neill Malvina Rosat - Guidelines to
 problems of education in Brazil ... New York,
 Columbia University, Teachers College Press
 (1970).

1. Apresentação: não obedece a nenhuma normalização para a referen-
 ciação bibliográfica e a redação de resumos analíticos; faltam
 também elementos essenciais: data, local de edição, editor em al-
 gumas indicações.
2. Critério de seleção: Em primeiro lugar, há que observar que a
 seleção não ilustra o enfoque dado na parte I "The aristocratic
 tradition", mesmo considerando que a autora-compiladora só sele-
 cionou trabalhos publicados a partir de 1955. Haveria que in-
 cluir, por exemplo, os estudos de Anísio Teixeira, que bem ilus-
 tram o aspecto "elitista" da educação brasileira: Educação não
 é privilégio, Educação é um Direito, Educação no Brasil. Na par-
 te I da Bibliografia, "References", não se justifica a inclusão
 da publicação do MRE "Brasil 1960", já havendo em inglês em edi-
 ção de 1966. Aí falta, entre obras de referência, o Handbook of
Latin American Studies, cujo capítulo Education foi de responsa-
 bilidade de Lourenço Filho, de 1937 a 1954, e, a partir desta da-
 ta até 1967, de Irene de Menezes Dória, com a colaboração do Ser-
 viço de Bibliografia do CBPE.

Também nessa parte haveria que incluir outras bibliografias espe-
 cializadas já divulgadas pelo CBPE, tais como a "Bibliografia
 sôbre o Ensino Superior no Brasil", bem como indicação das séries
 publicadas pelo mesmo órgão, "Livros-Fonte, "Sociedade e Educa-
 ção" etc., além de uma lista dos principais periódicos brasilei-
 ros de Educação. A parte II, "Analysis of Educational Statis-
 tics and of the School System", é bastante deficiente. Aí, en-
 tre outros trabalhos, haveria que incluir as sinopses sôbre a
 educação brasileira publicadas no "Annuaire International de l'E-
 ducation - BIE" e ainda os dois livros de autoria de Lourenço
 Filho: "Organização e Administração Escolar" e "Educação Compara-
 da".

Em "Education Values and Society" (III), faltam trabalhos básicos
 como: "Society and Education in Brazil", de Robert Havighurst e
 J. Roberto Moreira (êste se encontra indicado sem abstract no su-
 plemento) e "Brazilian Secondary Education and Socio Economic De-
 velopment" por Robert Havighurst e Aparecida J. Gouveia (também
 publicado em português sob o título "Ensino médio e desenvolvi -

mento").

A parte IV, "Educational Psychology", não inclui os importantíssimos trabalhos de Ernestina Giodarno.

Em suma, muito haveria ainda que ressaltar quanto à seleção, às lacunas verificadas, a improcedência de inclusão de certos trabalhos. Por que analisar alguns boletins informativos da CAPES? (p 60-61); o item 95 não trata de problemas educacionais brasileiros, o item 84 refere-se a uma pesquisa de 5 páginas (?); os itens 70 e 170 são completamente sem interesse para o estudo dos problemas brasileiros de educação; o item 171 contém no resumo uma informação falsa: A CAPES não foi criada em 1964 e sim nesta data houve reformulação de sua estrutura; na parte referente ao Ensino Superior, não se inclui nenhum trabalho de Newton Sucupira, Valmir Chagas, Durmeval Trigueiro.

Esses reparos só pretendem ilustrar a nossa apreciação geral da bibliografia. O intuito de organizar uma bibliografia dessa natureza é, sem dúvida, altamente meritório. Bem sabemos quanto é difícil realizar uma seleção criteriosa já que implica não só em possuir uma visão clara e objetiva da educação brasileira, mas também em conhecimento profundo e atualizado da nossa literatura educacional. A seleção feita pela compiladora inclui, sem dúvida, trabalhos importantes, mas, ao lado desses, inclui outros de nenhuma relevância e deixa de citar trabalhos do maior interesse. Além disso, não houve a preocupação de se excluir obras já esgotadas ou estudos dificilmente encontráveis (publicações mimeografadas) ou ainda de arrolar todos ou os mais importantes trabalhos (livros e artigos) publicados em inglês.

Voltando à parte técnica, a divisão da bibliografia em partes, que obedecem a critérios de forma e assunto alternadamente, nos parece meio confusa: Exemplificando: "Educational Research" é forma; sob essa divisão, encontram-se trabalhos que poderiam estar melhor classificados por assunto. ou vice versa. Existindo a parte "Pesquisa Educacional", aí deveriam estar todos os trabalhos de pesquisa; ou ainda em "References" deveria estar arrolado o "Anuário Brasileiro de Educação", que é essencialmente obra de referência e está arrolado em "Analyses of Educational Statistics and of the School System". Referências cruzadas ou indicações remissivas resolveriam o problema de forma e assunto, tal como foi feito no "International Guide of Educational Documentation", publicado pela UNESCO, ou como é comum na BBE. Faltam índices de assunto e de autor para facilitar a consulta.

Finalizando, a bibliografia compilada e anotada pela Profa. Mc Neill não nos parece indicada ou suficientemente representativa para dar ao leitor estrangeiro a orientação básica do "que deve ler para conhecer a educação no Brasil".

Em 12-3-71

Regina Helena Tavares

Guanabara, 22 de março de 1971

Da: Coordenação DEPE-CBPE
À : Direção Executiva do CBPE

Ref.: - Solicita resposta de expediente
de 26/1/71.

Senhora Diretora:

Na data em epígrafe, enviamos a V.S. expediente, submetendo à sua apreciação propostas de edição pelo CBPE, de dois trabalhos de autoria da Prof^a. Malvina Rosat McNeil.

Para o primeiro deles, sob o "título Inovação Educacional no Rio Grande do Sul", se sugeria a tiragem de uma edição limitada, para distribuição interna pelos vários Centros do INEP, edição essa em multilite, de 600 exemplares.

Trata-se de sugestão do saudoso Professor Anísio S. Teixeira, que achou importante que esse trabalho fosse conhecido pelos técnicos do INEP, no estilo "confidential report".

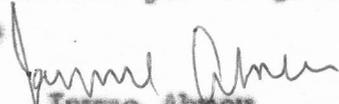
Para o segundo trabalho "Guidelines to Problems of Education in Brazil", se sugeria, depois de revisto o texto pelo CBPE, a sua impressão bi-lingue (português e inglês) destinada essencialmente a educadores estrangeiros, visitantes do Brasil. Suggerindo a divulgação desse trabalho manifestou-se também o Prof. Anísio S. Teixeira.

Trata-se de apanhado sobre aspectos importantes da problemática educacional brasileira, sua evolução histórica, com a bibliografia correspondente.

Nesse trabalho é dada bastante ênfase à atuação do INEP na problemática educacional recente do Brasil.

Como até a presente data não tenha a DEPE acusado a manifestação de V.S. a respeito dessas propostas, estamos aqui encarecendo a fineza deste seu pronunciamento.

Na expectativa de sua atenção ao presente, firmamo-nos,
Muito Cordialmente,


Jayme Abreu
Coordenador DEPE-CBPE

À Prof. Elza R. Martins
M.D. Diretora Executiva do CBPE

Guanabara, 17 de março de 1971

À Direção Executiva do CBPE
Da Coordenação DEPE-CBPE

Ref.:- Apresenta Plano de Atividades
da DEPE para 1971/72.

Senhora Diretora:

Com a presente estamos lhe encaminhando um Plano de Atividades da DEPE para o biênio 1971/72.

Situação atual da DEPE - Ao analisarmos, recentemente, a situação da DEPE do CRINEP da Bahia, ocorreu-nos, por natural associação de ideias, fazer um paralelo com a situação atual em que se encontra a DEPE do CBPE.

Em verdade, a conclusão que se impõe é a de que a DEPE do CBPE está em piores condições ainda, em matéria de pessoal, do que a DEPE do CRINEP da Bahia. Enquanto esta última tem quatro servidores técnicos nela lotados, a DEPE do CBPE, tem apenas três. Analisemos a situação funcional dos mesmos.

A Professora Maria Luisa Barbosa de Oliveira achase afastada, desde muitos meses, do serviço, em gozo de férias e de licença-prêmio na Europa.

Aliás esta servidora tem dedicação muito mais voltada para setor outro, qual seja o da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, o que atinge bastante o que poderia ser a sua atuação na DEPE, em regime de tempo integral.

A servidora Maria de Lourdes Lippolis Pereira Dias não tem condições profissionais que lhe permitam a realização autônoma de projetos de pesquisa.

Quanto à servidora Nadia Franco da Cunha, elemento altamente capacitado ao desempenho de suas funções de Assistente de Coordenação e de Coordenadora Substituta da DEPE e que a Coordenação da DEPE teve a satisfação de poder formar, em nove anos de atividades, para o desempenho cabal dessas funções, vem ocorrendo com a mesma o seguinte: por se tratar de profissional de

superior capacidade técnico-profissional vem sendo solicitado, com grande freqüência, para colaborar em tarefas que, sendo embora do Centro ou do INEP, não são todavia as suas tarefas específicas da DEPE, onde tem regime de tempo integral.

Estas solicitações freqüentes para serviços, que não são os específicos da DEPE, se avolumaram a tal ponto que, nos primeiros meses de 1971, praticamente não logrou a DEPE contar com o seu indispensável concurso, absorvida que esteve por outro gênero de atividades, com evidente sensível prejuízo da Divisão.

Reduziu-se assim a DEPE nos últimos meses a bem dizer, em matéria de seu corpo técnico, à atuação isolada do seu coordenador, só muito esporadicamente assessorado, o que evidentemente é situação que não pode perdurar, sem o fracasso total das tarefas a que está obrigada a Divisão.

Assim, necessita urgentemente a DEPE, de um ponderável aumento quantitativo e qualitativo do seu corpo técnico, ganhando possibilidades de presença e atuação consistentes, sendo inclusive necessária, ao lado da lotação nela de servidores capacitados do serviço público, que sejam também contratados para o desempenho temporário de projetos, elementos que reúnem os requisitos necessários à execução correta de suas tarefas.

Plano de atividades da DEPE para 1971/72

Nos últimos anos vem sendo solicitado, pelos escalões superiores, que a DEPE apresente seu plano de atividades para o ano que se inicia.

Como essa solicitação vem invariavelmente desacompanhada de qualquer informação dos recursos humanos e financeiros com que pode contar para fazer, em bases reais, essa programação de atividades, tem sempre a DEPE insistido na necessidade de conhecer previamente esses recursos para que possa apresentar validamente essa programação.

Em verdade porém, como essa informação jamais lhe tem sido dada em tempo útil, tem se contingido a DEPE à apresentação limitadíssima de uma precária programação de emergência, quando informação sobre esses recursos humanos e financeiros lhe é fornecida. Isto tem levado a um quase total recesso de atividades da Divisão.

Assim aconteceu para 1970 e necessariamente deverá continuar ocorrendo, sempre que a informação precisa sobre a disponibilidade de recursos humanos e financeiros não seja apresentada em tempo útil a uma programação de atividades consistente.

Continuando embora a pensar do mesmo modo, deliberou todavia a DEPE apresentar uma programação de atividades para 1971/72

que-acredita-constitui um plano de trabalho à altura do que deveria ser.

Se para esse plano de atividades houver suficientes recursos humanos e financeiros, ele se converterá em realidade; se não houver esses recursos em quantidade suficiente, ele terá a realização que tais recursos permitirem.

Será uma questão de estabelecerem-se critérios prioritários, aliás difíceis, pois todos os projetos apresentados são igualmente importantes.

Atividades de Pesquisa

PROJETOS 1 a 18 - Os sistemas de ensino nos Estados

Objetivo - Com a realização dos Projetos em referência, visaria o CBPE a retomada de iniciativa das mais significativas que o INEP já empreendeu: a caracterização descritivo-crítica dos sistemas de ensino existentes nos vários Estados da Federação, com a apresentação e o comentário de sua extensão, qualidade, adequação em relação ao contexto sócio-cultural em que atuam.

Ao tempo da CILEME (Campanha de Inquéritos e Levantamentos de Ensino Médio e Elementar), campanha educacional do INEP, alguns desses estudos foram realizados.

- 1 - O sistema educacional fluminense - Jayme Abreu e Paulo de Almeida Campos.
- 2 - A escola elementar e a formação do professor primário no Rio Grande do Sul - João Roberto Moreira
- 3 - A educação em Santa Catarina - João Roberto Moreira
- 4 - A educação no Paraná - Erasmo Pilotto
- 5 - Estudo sobre o Ceará - Joaquim Moreira de Souza.

O que se propõe é a retomada desses estudos nas várias unidades da Federação, de acordo com o seguinte esquema de conteúdo:

- 1 - Aspectos físicos, culturais e econômicos do Estado.
- 2 - Tentativa de divisão do Estado em áreas ecológicas.
- 3 - Situação demográfica do Estado e aspectos quantitativos do seu Sistema de Ensino.
- 4 - Descrição do Sistema de Ensino: Organização e Legislação
- 5 - Plano Estadual de Educação. Adequação do Sistema de Ensino às necessidades Culturais e Tecnológicas do Estado.
- 6 - Financiamento da educação: pública e privada.
- 7 - Administração do Sistema de Ensino.
- 8 - Condições de funcionamento da escola primária - Formação

do seu Magistério.

- 9 - Condições de funcionamento da escola média. Formação do seu magistério.
- 10 - Extensão do ensino superior.
- 11 - Educação extra-escolar. Órgãos de difusão cultural.
- 12 - Mercado de trabalho para profissionais de nível médio e superior. Emigração e imigração.

Duração do projeto -, O projeto deverá ter o prazo máximo de um ano de duração, a contar da data do seu início.

Sistema de execução - Nos Estados onde existirem Centros Regionais de Pesquisa Educacional do INEP a êles será cometida a realização do projeto, devendo para tal fim, consignar recursos em seus orçamentos.

Nos Estados onde não existirem êsses Centros serão contratados educadores que se incumbirão da realização dos mesmos.

A indicação dêsses educadores poderá partir, seja do CBPE ou dos Centros situados na região onde se pretender fazer o estudo.

Justificativa do projeto - A nosso juízo se afigura de importância fundamental ter-se uma descrição, simultaneamente elaborada, de como existem os sistemas educacionais nos vários Estados do país.

A administração dêsses sistemas de ensino; as características básicas da legislação que os rege; a extensão quantitativa a que atinjam, em termos absolutos e em relação à população escolarizável; o aspecto qualitativo existente na administração do ensino e nos níveis primário e médio do sistema escolar; a extensão quantitativa do ensino superior; o grau de adequação existente entre o sistema escolar e as necessidades do contexto sócio-cultural em que se insere; os gastos e custos do sistema educacional; o funcionamento das instituições de difusão cultural são componentes dêsses levantamentos, que, uma vez satisfatoriamente ultimados, produzirão uma série de monografias do mais significativo interesse educacional, como ponto de partida para o aprofundamento, em detalhe, dos vários aspectos que abordam.

Orçamento - Como dissemos anteriormente, propõe-se que êsses estudos fiquem a cargo e sob a responsabilidade dos vários Centros de Pesquisa do INEP, naqueles Estados onde existirem êsses Centros.

Assim o orçamento que aqui se prevê, por conta do CBPE, abrange êsse levantamento nos seguintes Estados e Território:

Acre
Amazonas
Pará
Maranhão
Piauí
Ceará
Rio Grande do Norte
Paraíba
Alagoas
Sergipe
Espírito Santo
Guanabara
Estado do Rio de Janeiro
Goiás
Mato Grosso
Paraná
Santa Catarina
Brasília

A realização dêsse levantamento na Guanabara ficaria por conta e sob a responsabilidade da DEPE do CBPE.

Fazendo uma estimativa de custo em tôrno a quinze mil cruzeiros para cada um dêsses projetos, ter-se-ia um total aproximado de R\$ 270.000,00 para sua realização, independente das despesas, ainda não orçáveis, do custo das publicações respectivas.

Nesse orçamento global estão incluídas as despesas previstas em relação ao levantamento do Sistema de Ensino na Guanabara, que correria à conta do orçamento do CBPE.

PROJETO 19

O funcionamento dos ginásios orientados para o trabalho na Guanabara.

Objetivo - Descrever criticamente o que vem sendo o funcionamento dos ginásios orientados para o trabalho na Guanabara, da sua instituição até o ano de 1971.

Responsável pelo projeto - Professor Gildásio Amado

Duração - 1 ano no máximo, a contar do início da pesquisa.

Orçamento do projeto - R\$ 15.000,00

Justificativa - Nesse momento de renovação da escola secundária parece de importância óbvia balancear criticamente o que representa iniciativa das mais significativas nessa linha, ao menos nos seus propósitos: o funcionamento dos chamados ginásios orientados para o trabalho.

Em que medida estariam eles correspondendo, em seu funcionamento, à filosofia com que foram instituídos ?

Qual o rendimento dos mesmos em si e no paralelo com os ginásios acadêmicos tradicionais ?

Perguntas como essas e outras é que o projeto em questão deverá responder.

A indicação do Professor Gildásio Amado para ser convidado a funcionar como responsável pelo projeto, parece-nos de lógica total.

Tendo sido o criador dessa iniciativa de renovação da escola secundária, ninguém melhor do que ele, para avaliar em que medida estaria a mesma correspondendo aos propósitos com que foi instituída.

PROJETO 20

A formação técnico-profissional de nível médio em relação às necessidades da indústria local.

Objetivo - Balancear criticamente o que vem sendo a formação quantitativa e qualitativa de quadros profissionais de nível médio, em relação às necessidades sentidas pela indústria na Guanabara.

Responsável pelo projeto - Professor Paulo Novais

Duração - 1 ano no máximo, a contar da data do início da pesquisa.

Orcamento do projeto - @ 15.000,00

Justificativa - A necessidade de formação adequada de quadros profissionais de nível médio para atender aos reclamos do desenvolvimento brasileiro, numa área altamente industrializada como a da Guanabara, justifica plenamente o projeto cuja execução se propõe.

A indicação do nome do Professor Paulo Novais para ser convidado para ser o responsável pela execução do projeto, justifica-se inteiramente por se tratar de autoridade de mérito reconhecido no campo que se pretende fazer objeto de estudo.

PROJETO 21

O ensino de Matemática na escola de nível médio da Guanabara

Objetivo e Justificação - No mundo moderno, na sociedade técnico-industrial em que vivemos, o ensino de Matemática adquiriu importância sensivelmente maior do que no passado. Além do seu sentido de conhecimento especializado, o pensamento matemático, o raciocínio matemático são integrantes insubstituíveis da cultura geral do nosso tempo.

Com essa importância redobrada e crescente, infelizmente há boas razões para crer que o ensino de Matemática em nossa escola

média longe está de ser um ensino eficaz, que incorpore ao conhecimento dos discentes as linhas mestras do pensamento matemático moderno.

Isto pôsto é de importância evidente observar criticamente como vem sendo ensinada a Matemática na escola média.

Responsável pelo projeto - Pensamos em dois professores de Matemática, ambos capacitados plenamente a conduzir esse estudo, para convidar um ou outro para fazê-lo, Professor Jairo Bezerra-Professor Amaury Muniz.

Duração do projeto - 1 ano, a contar do seu início, no máximo.

Orcamento - R\$ 15.000,00

PROJETO 22

O ensino de Português na escola de nível médio da Guanabara

Objetivo e justificacão - São tão óbvios os objetivos e a justificacão dos mesmos quanto ao projeto que se propõe realizar que, neste primeiro esquema de programacão de atividades, é dispensável explicitá-los.

Duracão - 1 ano no máximo, a contar do início da pesquisa.

Responsável - O nosso pensamento é o de trocar idéias com o Professor Jesus Belo Galvão para que se digne de indicar o responsável para essa pesquisa.

Orcamento - R\$ 15.000,00

PROJETO 23

O ensino de ciências físico-naturais na escola de nível médio da Guanabara.

Objetivos e justificacão - Os objetivos dêsse projeto estão implícitos em seu enunciado e a sua justificacão é tão evidente que prescinde de explicitacão nessa apresentacão preliminar de programacão de atividades da DEPE.

Duracão - 1 ano, a contar da data de início da pesquisa.

Responsável - A coordenação da DEPE indicará oportunamente os nomes de vários professores de ciências físico-naturais, para, em um dêles fixar a escolha do responsável pelo projeto.

Orcamento - R\$ 40.000,00

PROJETO 24

A formacão profissional do professor de ensino secundário na Guanabara.

Objetivos e justificacão - A finalidade dêsse projeto de pesquisa será apurar e comentar criticamente como está sendo fei

ta, de modo regular, a formação do professor secundário na Guanabara.

A apreciação crítica sobre em que medida essa formação ministrada pelos respectivos Institutos e Faculdade de Educação satisfaz às necessidades do ensino, para sugerir medidas que possam melhorá-la, é de importância tão grande que não é mister aqui sublinhá-la.

Duração - 1 ano no máximo, a contar da data do seu início.

Responsável - A coordenação da DEPE ainda não se fixou definitivamente sobre os nomes de educadores que tem em mira convidar para assumir a responsabilidade dessa pesquisa.

Orcamento - R\$ 40.000,00

PROJETO 25

A formação profissional do professor de ensino comercial e industrial na Guanabara.

Objetivos e justificacão - Se a formação profissional do professor de ensino secundário merece ser estudada para avaliar-lhe criticamente a propriedade, não menos merece ser estudada como está sendo feita a formação do professor dos ensinos técnicos, comercial e industrial (matérias técnicas de cultura específica).

Assim sucede por motivos cuja obviedade dispensa justificacão nessa apresentacão preliminar.

Duração - 1 ano no máximo, a contar da data do início da pesquisa.

Responsável - A Coordenação da DEPE ainda não se fixou definitivamente quanto aos nomes de autoridades em matéria de ensino comercial e industrial de nível médio, que seriam convidados para responder pelo projeto.

Orcamento - R\$ 20.000,00

PROJETO 26

Um estudo de evasão escolar na Guanabara

Objetivos e justificacão - A finalidade desse projeto seria estudar tecnicamente a extensão do fenômeno de evasão escolar na Guanabara, em determinado período, numa geração, de escola primária até o ensino superior.

A justificacão da oportunidade de realizar um projeto desse tipo prescinde de ser explicitada nessa apresentacão preliminar de programação de atividades, tão notórias são as implicações da evasão na aferição de produtividade interna dos sistemas de ensino.

Duração - 1 ano no máximo, a contar da data de início da pesquisa.

Responsável - A coordenação da DEPE imagina seja convidado o Professor Octavio A.L. Martins para ser o responsável pela execução do projeto.

Orcamento - R\$ 15.000,00.

Atividades editoriais

A ensejo de implantação de reforma do ensino primário e médio no Brasil, com a criação das escolas fundamentais e de segundo grau com o sentido e a filosofia de que se devem revestir, é indispensável implementar essa transformação com o lançamento da literatura pedagógica que lhes diga respeito.

Dai propor a DEPE sejam contratadas a preparação e realização a edição dos seguintes livros:

PROJETO 27

A escola fundamental - Sua filosofia e organização

Autores - Professôras - Lucia Pinheiro e Nise Pires

Prazo - 1 ano, no máximo, para elaboração do texto.

Orcamento - R\$ 12.000,00 para pagamento aos autores, que teriam ainda os direitos autorais de praxe sobre a edição que o INEP contrataria com editora particular.

A escola de segundo grau - Sua filosofia e organização

Autores - Professôres - Nadia Cunha e Jayme Abreu

Prazo - 1 ano, no máximo, para elaboração do texto.

Orcamento - R\$ 12.000,00 para pagamento aos autores, que teriam os direitos autorais de praxe sobre a edição que o INEP contrataria com editora particular.

PROJETO 28

Projeto de Gastos, Custos e Produtividade dos Sistemas de Ensino no Brasil

A DEPE não está incluindo nesta programação de atividades para 1971/72, gastos com o projeto em epígrafe, em cuja realização tem fundamental interesse, porque a sua efetivação está dependente de ser conseguido o perito estrangeiro (UNESCO) na matéria, conhecedor do Brasil, que formaria e prepararia grupo de trabalho com servidores públicos mobilizados pelo INEP, para se especializarem de modo a constituírem o corpo de especialistas que realizaria com periodicidade regular tais estudos.

Orcamento dos projetos apresentados - A despesa orçada para a realização dos projetos aqui mencionados anda em torno de

469.000,00. Poderá parecer elevado o montante de despesas orçadas, mas em verdade não o será, se considerarmos que com ela se prevê a realização de 27 projetos, de pesquisa e de edição de dois livros, tôdos êles versando matéria cuja importância justifica plenamente o gasto previsto.

Aliás em relação a êsse gasto, pode perfeitamente o INEP mobilizar a cooperação financeira de serviços e instituições interessados nos estudos a serem feitos, como a Federação das Industrias, Premen, Departamento de Ensino Fundamental do MEC, Faculdade de Educação da U.F.R.J. DAM do CBPE, etc, etc.

Sendo o que nos ocorre apresentar como uma programação de atividades da DEPE para o biênio 1971/72, programação esta com cuja plena execução estaria a DEPE cumprindo satisfatoriamente as suas finalidades, ficamos na expectativa do pronunciamento de V.S. sobre a mesma, para que possa a DEPE partir para a realização do que deseja ser o seu plano de atividades nesse período.

Na oportunidade, apresentamos a V.S. a expressão de nosso apreço.



Jayme Abreu
Coordenador DEPE-CBPE

À Professora Elza Rodrigues Martins
M.D. Diretora-Executiva do CBPE

N.º M - 39/71

Guanabara, 19 de fevereiro de 1971

Da: Coordenação DEPE-CBPE

À: Direção Executiva do CBPE

Ref.: Justifica e encaminha minuta de projeto de atribuição de gratificação pelo exercício de Assessoria de Coordenação de DEPE

Senhora Diretora:

Em 25 de maio de 1970 esta Coordenação encaminhou a V.Sa. e justificou minuta de projeto pelo qual se concedia gratificação pelo desempenho das funções de Assistente de Coordenação da DEPE do CBPE.

No expediente acima mencionado solicitava esta Coordenação que no caso de V.Sa. estar "de acordo com a fundamentação da proposta, se dignasse de assiná-la e encaminhá-la à aprovação do Sr. Diretor do INEP". Como decorrência dessa iniciativa, esse expediente da DEPE foi constituído em Processo de nº 231598/70, no curso do qual se manifestaram:

- o Chefe da Secretaria do INEP;
- a DP do MEC (duas vezes);
- a assessoria jurídica do INEP.

No mérito da proposição - isto é - na propriedade da proposta e na legitimidade da interpretação de não haver impedimento legal para o recebimento simultâneo de gratificações pelo exercício do regime de tempo integral e de dedicação exclusiva e de gratificação pelo exercício de função de chefia (assistência de chefia e chefia em caráter de substituição), teve esta Coordenação a satisfação de ver que a boa doutrina que espousa, isto é, a da compatibilidade dessa acumulação de gratificações como compensação por serviços de natureza evidentemente muito diversa, foi homologada pelos pareceres constantes do processo em tela.

Assim é que, do parecer do Chefe Substituto da Secretaria do INEP consta:

"não vemos como deixar de apoiar a proposta do CBPE"; no parecer da DP do MEC (fôlhas 8) se assinala: "A solução viável para o caso em tela seja a criação de uma Tabela de Gratificação pela Representação de Gabinete, na qual se inclui a pretendida gratificação".

Posteriormente a mesma DP do MEC em novo parecer - de 12 de janeiro de 1971, considerou que "na data em que foi elaborado este processo havia condições viáveis para a solução do caso em tela", mas depois do advento do Decreto 67361 de 12 de novembro de 1970, "essas condições teriam deixado de existir", segundo a DP.

Com a devida vênia ao parecer de 12 de janeiro de 1971 da DP, parece-nos, de acordo com o lúcido parecer da douta Assessoria Jurídica do INEP, de 17 de dezembro de 1970, que "entidades de natureza jurídica diversa têm de ser tratadas de maneira também diversa".

"Ao assegurar autonomia a certos órgãos, visou-se evidentemente à execução de um programa descentralizador, traçado pela Lei de Reforma Administrativa, o que torna quaisquer medidas centralizadoras evidentemente inoporunas, uma vez que anularíamos propósitos de lei programática, hierarquicamente superior".

Ora em sendo o INEP, como é, órgão autônomo, parece-nos data-vênia que a aplicação ao caso do decreto invocado pela DP, medida tipicamente centralizadora e de instância jurídica inferior à da lei programática descentralizadora, no espírito da qual se conferiu autonomia ao INEP, não teria nem sentido nem propriedade. Antes, feriria essa autonomia, tornando-a fictícia, irreal, inautêntica.

Isto pôsto, como, no mérito, não houve qualquer objeção à proposta encaminhada a V.Sa. pela DEPE, pedimos vênia para re-encaminhá-la à sua consideração sob a forma de minuta de projeto, o qual, desde que V.Sa. esteja de acôrdo, assinaria e encaminharia à aprovação do Sr. Diretor do INEP.

Em relação à minuta primitivamente encaminhada (26 de maio de 1970) pela DEPE à consideração de V.Sa. há a seguinte modificação: no item 3 a gratificação mensal passaria a ser de R\$ 420,00, considerando o aumento de 20% nos vencimentos dos servidores públicos, a partir da vigência dêste (março de 1971).

Há também a considerar que para um desempenho ainda mais qualificado do que já é, das funções de chefia (de Assistente de Coordenação e de Coordenadora Substituta da DEPE), sua titular, Profa. Nadia Franco da Cunha, acaba de realizar curso especializado em Chefia para Agentes da Reforma Administrativa do MEC, promovido pelo CETREMEC, do qual anexa certificado. É assim essa proposta também uma forma de valorização dêsse Curso.

Por tôdas estas ponderáveis razões é que a DEPE se permite voltar à presença de V.Sa. insistindo em sua proposta original de 25 de maio de 1970, cujo mérito e pertinência nos parecem, data-vênia, irrecusáveis, pois, pensar de outro modo, seria desestimular o árduo exercício das funções de chefia, justamente ao contrário do que a legislação relativa ao assunto se propõe a fazer, com inteira propriedade.

Contando que V.Sa., como Diretora-Executiva dêste Centro, também assim pense e endosse conseqüentemente a proposta que aqui se reitera, amparada já agora por dobradas razões, aprovando-a e encaminhando-a à aprovação do Sr. Diretor do INEP, na oportunidade, firmamos,

muito atenciosamente,

Jayme Abreu
Jayme Abreu
Coordenador DEPE-CBPE

P.S.- O certificado de realização dêsse curso será enviado tão logo seja fornecido.

À Profa. Elza Rodrigues Martins
M.D. Diretora-Executiva do CBPE

Senhor Diretor,
Ratificando os termos com que o Sr. Coordenador da DEPE apresenta as ponderáveis razões sobre o caso em questão, submeto-o à elevada consideração de V. Sa.

Anexo: Certificado de realização de Cursos

Em, 15.3.71

E. R. M.

PROJETO CBPE /71 E DEPE 53/71

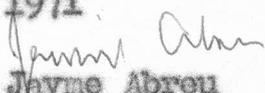
ASSISTÊNCIA DE COORDENAÇÃO DA DEPE

Elza Rodrigues Martins, Diretora Executiva do CBPE e Jayme Abreu, Coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do CBPE, tendo em vista o cumprimento das tarefas propostas à DEPE no "Plano de Organização do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Centros Regionais" e no Projeto "INEP-CBPE-DEPE, Coordenação da DEPE - Assessoria Técnica à Direção do INEP", acordam na realização do seguinte projeto:

- 1 - Na estrutura da DEPE existirá a função gratificada de Assistente de Coordenação.
- 2 - O titular da função acima mencionada se obriga, além de suas atividades pessoais de técnico do serviço público a:
 - a) assistir técnica e administrativamente a Coordenação da DEPE em todas suas atividades técnico-administrativas;
 - b) substituir o Coordenador da DEPE em seus eventuais impedimentos;
 - c) trabalhar em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.
- 3 - Pelo desempenho da função de Assistente de Coordenação da DEPE o seu titular perceberá a gratificação mensal de R\$ 420,00, a partir de março de 1971.
- 4 - A indicação para o exercício da Assistência de Coordenação da DEPE será do Coordenador dessa Divisão como função de confiança dessa Coordenação, deve necessariamente recair em técnico qualificado para o exercício da função e será aprovada pelo Diretor-Executivo do CBPE.

Guanabara, 19 de fevereiro de 1971

Elza Rodrigues Martins
Diretora Executiva do CBPE


Jayme Abreu
Coordenador DEPE-CBPE

Aprovo:

Em fevereiro de 1971

Walter Toledo Piza
Diretor do INEP

Rio de Janeiro,
24 de novembro de 1970.

Da: Coordenação da DEPE-CBPE
À: Diretora Executiva do CBPE

Din. EA

Ref.:- Encaminha breve comentário sôbre o trabalho "O Estudante de Nível Médio na Bahia - Situação e Perspectivas"- de Klas A.A.W. Woortmann.

Sra. Diretora:

Considerando o que se contém no seu cartão de 10/11/70, a nós enviado, passamos a fazer um breve comentário sôbre o trabalho em epígrafe.

O seu autor coloca à análise do assunto de duplo aspecto: do cientista social; do educador.

A parte referente ao cientista social é abordada com conhecimento de causa e pertinência; a parte do educador é bem razoavelmente desenvolvida.

Busca o autor em sua pesquisa estabelecer cotejo entre o que revelam os dados educacionais por si manipulados na Bahia - como sociedade urbano/tradicional e aqueles constantes de pesquisas análogas realizadas em São Paulo por Aparecida Joly Gouveia, Robert J. Havighurst e José Augusto Dias-constituindo São Paulo uma sociedade urbano/industrial.

A análise das oportunidades educacionais oferecidas na Bahia do ponto de vista de democratização de educação, seu cotejo não apenas com São Paulo o que é feito especificamente, mas com a situação no Brasil em termos globais revela situações ricas de interêsse para o educador e para o cientista social.

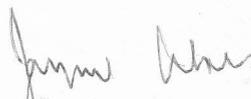
Em tôrno a elas o autor desenvolve interpretações e erige hipótese das quais eventualmente se pode discordar mas que, em larga medida, são bem fundamentadas e com boa probabilidade de serem procedentes.

Resumindo, trata-se, a nosso entendimento, de trabalho de valor com bom domínio conceitual e análise lúcida do que vem constituindo o

sub-sistema de ensino no Brasil dentro do sistema social global.

O mérito dêsse trabalho é não apenas intrínseco, mas também pelo que representa de incentivo a que pesquisas outras dêsse tipo, quiçá mais aprofundadas e em várias ou ^{mais} partes do Brasil, sejam realizadas.

Salvo melhor juízo é o que, num breve comentário, nos cabe dizer do trabalho que nos foi encaminhado.



Jayme Abreu

Coordenador DEPE-CBPE

A

Prof^a. Elza Rodrigues Martins

M.D. Diretora-Executiva do CBPE

Guanabara, 16 de setembro de 1970

Da: Coordenação DEPE-CBPE

À: Direção Executiva do CBPE

Ref.: Apresenta esclarecimentos solicitados em
despacho do Sr. Diretor do INEP

Senhora Diretora:

De referência ao despacho do Sr. Diretor do INEP em expediente encaminhado sobre a realização de pequenos projetos de pesquisa, pela DEPE, até dezembro de 1970, cumpre-nos esclarecer o que se segue.

A preferência por esses projetos, que versam a nosso entendimento, matéria educacional relevante, quais sejam as da quantificação da reprovação e repetência e de suas conseqüências nas primeiras séries da escola secundária pública da Guanabara e o balanço das preferências discentes em questão de matérias optativas na escola secundária da Guanabara, se deveu não apenas ao evidente interesse educacional dos mesmos, mas, essencialmente, às limitações de prazo e de recursos para esses estudos.

Não foram esses fatores e muitos outros projetos de pesquisa, quiçá de maior interesse da Divisão se outras fossem as circunstâncias, poderiam ter sido apresentados.

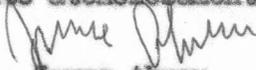
Assim a causa prevalecente nessa escolha foi a perspectiva de sua viabilidade nas condições existentes.

Quanto ao assunto de cronograma para realização dos mesmos projetos, ao encaminhá-los a exame e decisão pelo INEP, a DEPE só tinha condições de fazer o que fez, isto é: a previsão total do tempo necessário.

Quanto à detalhação de etapas do cronograma é tarefa que está sendo feita pelos responsáveis pelos projetos e será encaminhada, posteriormente, pela DEPE, para conhecimento de V.S^{as}. e da Direção do INEP.

Sendo o que nos cabe informar a respeito, pedindo dar ciência do presente à Direção do INEP, firmamo-nos

Muito atentamente,


Jayme Abreu
Coordenador DEPE-CBPE

1
Prof^{as}. Elza Rodrigues Martins
M.D. Diretora Executiva do CBPE

D. Executiva
Nº 486/70

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1970

Da: Diretora Executiva do
Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

Ao: Diretor do
Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Assunto: Edição do "Anuário Brasileiro de Educação-1965/1966"

Senhor Diretor

Como é do conhecimento de V.Sa., encontra-se esta Direção empenhada na edição do "Anuário Brasileiro de Educação" relativo aos anos de 1965/1966.

Conforme esclarecimentos prestados verbalmente a V.Sa. m, em que pesem os aspectos relativos à ausência de dados atualizados, há motivos suficientes que justificam nossa preocupação quanto à edição da obra, que se seguirá ao "Anuário" relativo ao ano de 1964, editado pelo INEP como início de publicação de caráter periódico. Acima das limitações que esta primeira edição possa ter apresentado, devidas a dificuldades de natureza vária, soblevam os aspectos positivos, constituindo-se a mesma em instrumento válido para os estudos da situação educacional brasileira.

Neste momento, os originais entregues pelos encarregados da redação dos vários capítulos que compõem o "Anuário" encontram-se neste Centro, à espera de uma revisão de conjunto, a fim de que, através de cerca de 800 páginas, a publicação apresente a unidade necessária, prestando-se de melhor maneira aos fins informativos a que se destina.

Ao
Prof. Walter Toledo Piza
M.D. Diretor do
Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

Dado o caráter de urgência e de emergência de que a edição da obra se reveste, tendo em vista a obrigação do INEP em propiciar aos interessados as informações anteriormente colhidas junto aos órgãos da administração federal e estadual da educação, venho solicitar a V.Sa., à base do art.126, letra H, do Decreto-Lei nº 200, de 25.2.67, autorização para proceder, através do Dr. Jayme Abreu, Coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do CBPE, de reconhecida competência na matéria, à revisão de conjunto dos originais do "Anuário" como tarefa de caráter eventual, mediante a retribuição total de Cr\$3.000,00.

Os originais revistos deverão ser entregues a esta Direção, em princípio, no começo do mês de agosto próximo para encaminhamento às oficinas gráficas da Fundação IBGE, onde, aliás, já está empenhada a edição.

Desejaríamos, outrossim, no mais breve tempo possível, reexaminar com V.Sa. a questão das próximas edições desta publicação, que, a nosso entender, deverá contar com equipe para estudos permanentes em suas várias fases - revisão dos formulários a serem preenchidos, articulação com os órgãos e/ ou pessoas encarregadas das respostas, recebimento do material, seleção dos redatores de capítulos, revisão de conteúdo e tipográfica etc - de tal forma venha, efetivamente, a constituir o "Anuário Brasileiro de Educação" obra cuja importância, periodicidade e atualização não fiquem comprometidas. Tais medidas conferirão, certamente, novos créditos aos INEP na área da sua programação editorial.

À consideração de V.Sa.



Elza Rodrigues Martins
Diretora Executiva